Ele iria pegar um passarinho na mão, escondendo-a atrás das costas: "diga-me, sábio, o passarinho está morto ou vivo?". Se o sábio responder que está vivo, eu mato o passarinho. Se responder que está morto, eu solto o pássaro. O fanfarrão convidou todos os moradores da aldeia para o encontro na praça principal.

Na hora marcada, o fanfarrão, no meio da multidão, perguntou ao sábio: "o passarinho que tenho na mão está morto ou vivo?". O sábio respondeu: "a resposta está em suas mãos". A resposta que devemos dar ao Ministério Público está em nossas mãos. Essa é a oportunidade que temos para não aceitar essa interferência. Ou mostramos que temos coragem para enfrentar uma ousadia dessas ou peço que vá ao protocolo e protocole a sua renúncia. Não se acovarde.

É melhor ir para casa do que falar que tem medo. Esta Assembleia não merece ter, como representantes, covardes que aceitam essas ofensas públicas, ousadas e nefastas. Sr. Presidente, é por isso que solicito isso. Há momentos em que devemos reagir, não podemos ficar com a cabeça baixa, senão perdemos o respeito conosco. Sinto-me mal. Acabei de ler essa manifestação que o presidente mandou para mim.

Sr. Presidente, ela será razão da reunião do Conselho de Prerrogativas desta Casa, que voltou a funcionar. Nós vamos responder, deputado Vaz de Lima.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que não tenho, por hábito, nunca tive medo de nada, porque acredito na força do destino. Disse Fernando Pessoa que o destino é um Deus sem nome. E eu acrescento: sem cara. Sempre digo. Dizem os gregos que o destino arrasta as pessoas que consentem e destrói aquelas que resistem. O destino vai fazer que esta Casa faça justiça a sua história. Tenho certeza que os senhores fiscais da Fazenda, delegados tributários, agentes, professores das universidades, Assembleia, que nós não vamos utilizar a justa luta dos senhores e das senhoras para justificar posições políticas.

Não vamos fazer jogo para a arquibancada, não. Não vamos, não. Quem tiver que votar, Sr. Presidente, não precisa votar insuflado. Não precisa votar impelido. Só siga sua consciência, mais nada. A decisão que esta Casa vai tomar, no caso dos senhores e das senhoras, vai ser histórica, mas respeitosa.

Não importa onde estamos, diz o psiquiatra Frank Williams, importa para onde vamos. Para onde vamos é que eu quero saber. Nós vamos em direção a fazer justiça. Por isso, Srs. Deputados, ao encerrar, quero fazer um apelo a V. Exa., Sr. Presidente, com todo o respeito ao deputado Hélio Nishimoto: ajude esta Casa, Sr. Presidente.

Vossa Excelência não dirige os olhos para a tribuna, e eu me sinto um tanto quanto desqualificado para ficar aqui. Vossa Excelência está ouvindo, V. Exa. tem responsabilidade em não deixar que uma instituição, como outra qualquer, pisoteie na nossa dignidade, na nossa história, que acolheu aqui homens como Jânio Quadros, Franco Montoro, Américo Marco Antonio.

Nas mãos de V. Exa., como eu contava a história do sábio, deixamos a nossa história e a nossa esperança. (Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência desconvoca a segunda sessão extraordinária.

Tem a palavra, para falar contra o projeto, o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, auditores fiscais de renda, todos que acompanham esta sessão, enquanto o Parlamento do estado de São Paulo discute o Projeto de Lei nº 806, por meio do qual o governador Geraldo Alckmin solicita autorização legislativa para que a SPPrev participe de um fundo de investimento imobiliário, estamos assistindo a informações vindas de Brasília, que foram classificadas pela Rede Globo como sendo graves e que merecem uma análise de todos nós, independente do debate de um tema específico, na Assembleia Legislativa.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Maria Lúcia Amary.

* * *

Sabe-se agora que foram gravadas imagens mostrando oferta e entrega de propina, na forma de dinheiro em papel moeda, para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. E mais: sabe-se que a Polícia Federal fotografou e rastreou 2 milhões de reais entregues ao primo de Aécio Neves, no mesmo movimento de calar quem está na prisão. Pois havia uma grande preocupação de que ele pudesse contar tudo que tem conhecimento.

Fala-se, inclusive, - ainda não assisti - que há uma gravação do presidente Michel Temer, onde ele diz ou dá a entender que de fato era necessário adotar essas medidas para comprar o silêncio de Eduardo Cunha, ainda que este esteja preso. Então é necessário que debatamos aqui qual é a visão que temos a respeito da gestão de políticas públicas. Precisamos debater qual tipo de controle que a sociedade vai exercer diante de todo tipo de malfeito praticado no âmbito da União, dos Estados ou dos Municípios.

E a coisa é considerada mais grave quando observamos que há uma estratégia em curso de privatização, terceirização e dilapidação do patrimônio público, inclusive no estado de São Paulo. Fui médico sanitarista concursado da Secretaria de Estado da Saúde até o momento em que pedi exoneração e contribuí para o Ipesp - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

A carteira de ativos do Ipesp - que depois foi levada para o patrimônio da SPPrev - era composta por vários terrenos valorizados no município de São Paulo e no Interior do Estado. Esse patrimônio não é do governo do Estado, mas dos funcionários públicos, que contribuíram de forma obrigatória para constituir o fundo do Ipesp.

No processo de constituição da SPPrev - São Paulo Previdência - foi dito que haveria lisura no trato desse patrimônio, que haveria transparência na utilização e preservação desse patrimônio dos servidores públicos. Foi dito que nós não deveríamos nos preocupar, porque o governo do Estado seria correto e encontraria meios para que esse patrimônio não fosse dilapidado ao longo dos anos.

Não foi o que se viu. Da mesma forma que podemos dizer que esses imóveis, terrenos e construções foram se deteriorando, não houve investimentos para garantir que o valor correspondente fosse atualizado, em face do processo inflacionário.

A proposta apresentada pelo governador Alckmin - para a qual a Assembleia é instada a dar mais um cheque em branco - autorizando que o patrimônio da SPPrev seja aplicado em um Fundo de Investimento Imobiliário, peca pela falta de transparência. Não temos conhecimento - porque isso não faz parte dos anexos do Projeto de lei - de quais seriam esses imóveis e o valor de mercado hoje vinculado a eles.

Também não sabemos de que forma a SPPrev será onerada pela participação nesse Fundo de Investimento, mas certamente a empresa responsável por essa carteira cobrará uma taxa de administração, que pode chegar a quatro por cento ao ano.

Ora, estamos entregando um patrimônio do povo paulista, dos funcionários públicos do Estado de São Paulo, para que seja utilizado de modo especulativo no mercado imobiliário, sem que tenhamos uma lista, um rol detalhado de: onde estão esses imóveis, qual é seu valor de mercado, de qual é o valor que tinham quando foram passados do Ipesp para a SPPrev e de que maneira se pretende cobrir os gastos em termos de taxa de administração, dentro de uma lógica que o Governo do Estado vem tendo como prioritária, que é a de fazer caixa.

E vários foram os projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa mais recentemente - diante do quadro de crise econômica que estamos vendo no País e em São Paulo - com o único objetivo de fazer caixa. Foi exatamente nesse sentido que a Assembleia autorizou a alienação de patrimônio dos institutos públicos de pesquisa, muitos deles vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a pedido do secretário Arnaldo Jardim - deputado federal licenciado -, com a clara intenção de transformar em ativos financeiros um patrimônio que estava imobilizado. É um governo que não tem criatividade para gerar desenvolvimento sustentável e criar a possibilidade de obtenção de recursos adicionais de outra forma. Um governo que vem se desfazendo do patrimônio do povo paulista como se fosse do governador Geraldo Alckmin, de sua equipe ou dos partidos que lhe dão sustentação.

Esse projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa em 2016 nada mais é do que um novo passo dado na lógica do desmonte do Estado, da quebra da gestão pública, da dilapidação do patrimônio do povo paulista e dos funcionários públicos do estado de São Paulo. Ocorre uma entrega para a iniciativa privada, para um fundo imobiliário, sem que nós saibamos - reitero aqui - qual é o rol de imóveis a ser entregue e, por outro lado, qual será a instituição financeira que ficará com a responsabilidade de gerir esse fundo imobiliário. Certamente, ela cobrará do poder público uma taxa de administração que, ao invés de acrescer recursos ao Tesouro Estadual, virá numa lógica oposta, que é a lógica de ceder ao interesse dos grandes grupos econômicos, sobretudo os grupos imobiliários.

E aqui quero fazer referência ao fato de que são exatamente esses grandes grupos imobiliários, ao lado de grupos que operam no setor de Saúde, que têm sido os maiores financiadores de campanhas eleitorais de vários partidos políticos, entre eles o próprio PSDB. Então, a mudança que se propõe aqui, mais uma vez, com pedido de autorização legislativa, vem na esteira de dezenas de projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa. Tais projetos são depois condensados num projeto de lei "guarda-chuva", por meio do qual a Assembleia autoriza que imóveis sejam vendidos sem que haja um processo de concorrência e nem mesmo a realização das audiências públicas prévias com a participação dos pesquisadores científicos, previstas na legislação. E, ainda, sem que a Assembleia tenha controle exato sobre quais são os imóveis, os valores envolvidos e os agentes financeiros que participarão desse processo. Não se sabe qual é o controle que a Assembleia, o Tribunal de Contas e a sociedade terão sobre mais essa maneira encontrada para promover a dilapidação do patrimônio público.

Agindo dessa forma, sem controle, sem transparência, estamos sujeitos a ver repetido em São Paulo o que está sendo denunciado hoje no Congresso Nacional: ações feitas na calada da noite, sem um debate com a sociedade, sem uma discussão com todos os setores interessados. Tais setores seriam, em especial, os funcionários públicos, aqueles que fazem parte de carreiras estruturantes das políticas essenciais, como é o caso da Saúde - que é uma política de relevância pública - e de outras áreas. Eles ficam sabendo depois, pelo Diário Oficial ou quiçá pela mídia, que mais uma decisão foi tomada na Assembleia Legislativa, sem que tenha sido exaustivamente discutida no âmbito do Poder Executivo e tampouco no Poder Legislativo, porque a prática aqui não tem sido a de realizar audiências públicas, trazer os representantes do governo, ouvir o contraditório e criar mecanismos de controle para que o dinheiro público e o patrimônio não sejam utilizados em benefício de grandes grupos financiadores de campanhas eleitorais.

Por essa razão o nosso posicionamento é contrário a esse projeto de lei. E fazemos aqui a denúncia de que esse projeto de lei não vem isolado. Ele vem na esteira de vários outros e têm a mesma lógica de quebra do Estado, de quebra da gestão pública, da entrega do que é afeto ao interesse público para as consultorias privadas, objetivando a privatização da gestão e do patrimônio, sem que os interessados maiores pudessem interferir e decidir se, de fato, é isso que foi proposto a eles quando da criação da SPPrev.

E, por fim, não há como dizer que a situação é de tranquilidade e que, portanto, se trata de um embate entre partidos políticos e projetos políticos. É tal a gravidade da denúncia trazida ao conhecimento público hoje, pela mídia, envolvendo diretamente o presidente Michel Temer, envolvendo Aécio Neves, presidente do PSDB, que esperamos que isso venha acompanhado de um esforço de elucidação, se de fato houve a compra do silêncio do deputado Eduardo Cunha, para que não houvesse retaliações à JBS e para sabermos de que maneira esse grande grupo empresarial vem agindo no sentido de influenciar a política no país e de condicionar decisões do Parlamento que estejam de acordo com seus interesses, de grupos econômicos e não para atender aos interesses da população.

É exatamente por isso que defendemos a antecipação das eleições previstas para 2018. É exatamente por isso que defendemos a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, que não seja formada pelos atuais deputados federais, sabidamente comprometidos por esse método de financiamento de campanhas eleitorais, para que nós possamos passar o país a limpo.

Em Brasília, em São Paulo, nos municípios e em qualquer um dos níveis da federação, é preciso que nós coloquemos como prioridade o debate de que forma está organizado o Estado brasileiro, como isso tem propiciado a realização de acordos e negócios escusos que depõem contra o exercício de uma função pública, como é o casodo exercício de mandatos parlamentares, como o que exercemos no maior parlamento estadual do Brasil.

Nesse sentido, Sra. Presidente, deputada Maria Lúcia Amary, quero reiterar que a bancada do Partido dos Trabalhadores é contra esse projeto de lei, porque ele fere o interesse dos servidores públicos estaduais, porque dilapida patrimônio do povo paulista, porque não tem transparência e porque, mais uma vez, estaremos favorecendo os financiadores de campanhas eleitorais.

Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no ano passado tivemos um senador preso e cassado porque estaria obstruindo a Justiça. E uma presidente honesta sofreu impeachment, aprovado pelo Congresso Nacional. Hoje, notícias reveladas há pouco pela imprensa demonstram claramente, sem qualquer dúvida, que em março deste ano o dono da moralidade, presidente do PSDB, o Sr. Aécio Neves, articulador do golpe, proponente do golpe logo após perder as eleições, foi gravado pelo dono da JBS pedindo dois milhões. E também o presidente Temer, o golpista e aliado do Aécio Neves. Eles são os articuladores do golpe. Temer manda, concorda e determina que continue o dono da JBS a calar o ex-deputado Eduardo Cunha, também articulador do golpe. Manda calar ele, já preso, para que não revelasse nada.

O que iria revelar Eduardo Cunha? O presidente mandou alguém pagar mesada a ele, durante a sua estadia em Curitiba, para que não revelasse outras coisas. Acho que muita gente está estarrecida. É uma pena não vermos aqui nesta tribuna, falando sobre o que acham dessas revelações, aqueles que bradaram, desde 2015, o combate à corrupção, aqueles que se vestiram de verde e amarelo e bateram panelas. Por isso, o Sr. Aécio Neves merece ter a cassação contra ele aprovada. Da mesma maneira, o Sr. Delcídio Amaral, ter a prisão decretada se também obstruiu a Justiça. O presidente não é diferente: deu um golpe, tirando a presidente Dilma no impeachment, aprovado por aquele Congresso, infelizmente, comprometido até o pescoço. E agora tem de sentir também esse gosto amargo, e ter o impeachment aprovado. Mais: se o procurador de Justiça, Sr. Janot, com STF, disse que não cabe investigar Temer por fato passado, e agora, com o fato de março deste ano. Não é só investigá-lo. Nesse caso, também apreender, porque obstruiu a Justiça impedindo que o Sr. Eduardo Cunha falasse outras coisas que poderiam comprometer o seu governo.

É então cassação para o Sr. Aécio e o Sr. Temer, com as consequentes prisões.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão, registrando o acordo feito pelos líderes de que se dê por mais 30 minutos discutido esse projeto, completando um total de uma hora e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - A SRA. MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 47 minutos.

* * *

18 DE MAIO DE 2017
67ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, DOUTOR ULYSSES e GILENO GOMES
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença dos alunos do Colégio Sidarta, de Cotia, acompanhados pelo professor Leandro Consentino.

2 - JOÃO PAULO RILLO
Discorre sobre a delação de um dos donos da empresa JBS, o que considera um escândalo bombástico. Diz ter ido ontem à Avenida Paulista, onde os manifestantes pediam unicamente Diretas Já. Afirma que esta é a única forma de restabelecer o equilíbrio democrático com legitimidade. Esclarece que esta delação coloca todos sob uma reflexão profunda sobre o futuro do País. Informa que o STF irá apreciar ainda hoje o pedido de prisão do senador Aécio Neves. Questiona quem assumirá o País, com a eventual saída do atual presidente. Considera que o presidente Michel Temer não tem mais condições de dirigir o Brasil. Ressalta a urgência de eleições diretas. Considera a eleição indireta um segundo golpe.

3 - ORLANDO BOLÇONE
Demonstra sua preocupação com a atual crise de confiança que vive o País. Ressalta a necessidade de se exercitar a prudência e o cuidado. Afirma que a economia imediatamente sentiu o impacto das delações, com a queda de 10% na Bolsa de Valores, e a conseqüente queda no valor das empresas brasileiras. Destaca os impactos sociais, como a dificuldade na captação de recursos e o aumento do desemprego. Esclarece que o trabalho deve continuar e que ninguém deve parar.

4 - LECI BRANDÃO
Defende as eleições diretas no País. Afirma que não há mais condições de Michel Temer exercer o cargo de presidente do Brasil. Ressalta que não se pode permitir a atual pauta de destruição do futuro do País. Lê nota oficial do PCdoB a respeito da necessidade das Diretas Já. Esclarece que este é o único caminho para devolver a esperança ao povo. Diz não ser esta uma questão partidária e que o povo deve apontar de forma livre e soberana os rumos que o Brasil deve tomar. Registra que lutará neste Parlamento e nas ruas pela recuperação dos direitos do povo brasileiro. Pede à mídia que dê o mesmo tratamento dado à saída da ex-presidente Dilma.

5 - MARCO VINHOLI
Lembra a comemoração do Dia do Assistente Social no início desta semana, com homenagem prestada nesta Casa. Menciona ato, realizado ontem neste Parlamento, contra a homofobia, com a presença de diversas autoridades do estado de São Paulo. Lê nota oficial do diretório estadual do PSDB, que defende o imediato afastamento do senador Aécio Neves da presidência do partido. Afirma que todos aqueles que têm culpa devem ser punidos imediatamente. Lê mensagem do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito dos fatos ocorridos no País. Defende o respeito à Constituição Federal.

6 - JUNIOR APRILLANTI
Agradece a confiança dos parlamentares do PSB, que o indicaram para a vice-liderança do partido. Discorre sobre acidente, ocorrido na semana passada, na Marginal do Rio Jundiaí, com a morte de duas pessoas. Reforça seu pedido de atenção para esta via, de 12 quilômetros de extensão, onde ocorrem acidentes com grande frequência. Informa que em resposta à sua indicação, o governo estadual disse não ter condições de ajudar neste caso, e que os investimentos devem ser feitos pelos municípios envolvidos. Lembra que o Governo do Estado já fez uma recuperação importante nesta via há alguns anos. Pede encarecidamente para que o governador reconsidere a sua solicitação, já que a mesma envolve mais de 600 mil pessoas. Afirma que os municípios não têm condições de fazer este investimento. Discorre sobre a atual situação política brasileira.

7 - CORONEL TELHADA
Presta homenagem à sua esposa Ivânia pelos 32 anos de casados. Informa sua participação hoje pela manhã, em Mogi das Cruzes, da nomeação da coronel Mônica Ferreira como comandante do CPAM-12. Discorre sobre o Movimento Maio Amarelo, um trabalho da prefeitura de São Paulo, juntamente com a CET e a PM, que busca conscientizar a população sobre o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Parabeniza todos os que promoveram este evento. Anuncia a presença de Bruno Marco e Rodolfo, vereadores de Penápolis. Defende a prisão de todos os envolvidos em crimes, independentemente de partido. Cita o aumento da cotação do dólar e a queda das bolsas. Lê nota oficial de Pedro Tobias, presidente estadual do PSDB. Menciona a realização de manifestações ontem. Clama para que todos os partidos trabalhem juntos, exigindo mudanças radicais no Brasil.

8 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para reclamação, pede para que a cobertura do jornal desta Casa das manifestações de hoje seja a mais ampla possível, sem cortes e edições.

9 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Considera corretas as manifestações de deputados do PSDB que o antecederam nesta tribuna. Pede que os aliados do governador Geraldo Alckmin assinem a CPI que o PT propôs para que sejam investigados os contratos assinados pelo político. Informa que o pedido de abertura da CPI já foi assinado pelas bancadas do PT, PSOL e PCdoB. Destaca a necessidade de abertura do inquérito para que tenhamos transparência também no estado de São Paulo. Ressalta que esta Casa não pode se furtar da sua obrigação de investigar os fatos. Exibe foto de João Doria com o deputado federal Rodrigo Rocha Loures, envolvido no caso de Aécio Neves. Convida todos a participarem, às 14 horas de domingo, de manifestação na Avenida Paulista.

10 - DOUTOR ULYSSES
Assume a Presidência.

11 - JOOJI HATO
Afirma que pertence a um partido que combateu a ditadura. Cita membros do partido, que buscavam um País forte e bom. Ressalta a crise sem precedentes e a dificuldade vivida pelo povo brasileiro. Lembra os 14 milhões de desempregados, o fechamento de diversas fábricas, a decadência da economia informal, a falência dos hospitais e o comprometimento da segurança. Menciona a recente melhora na economia do País, que volta a sofrer com o episódio da carne fraca e a notícia revelada ontem. Cita a entrevista coletiva do presidente Michel Temer que ocorrerá às 16 horas.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - LUIZ CARLOS GONDIM
Pelo art. 82, demonstra sua preocupação com a verba insuficiente recebida por UPA em Itaquaquecetuba para a realização de hemodiálise. Lamenta a situação política do Brasil, que, a seu ver, dificulta a responsabilização de órgãos e autoridades pelas demandas públicas na Saúde.

13 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Pelo art. 82, declara apoio ao pronunciamento do deputado Luiz Carlos Gondim. Defende a renúncia do presidente Michel Temer e a realização de eleições diretas para escolha do novo chefe político brasileiro. Enumera demandas populares para o desenvolvimento do País. Reivindica a retomada de políticas e programas sociais implantados pelo PT durante sua gestão no governo federal.

14 - JOÃO PAULO RILLO
Esclarece seu posicionamento diante das recentes notícias relacionadas ao presidente Michel Temer e ao senador Aécio Neves, que, adita, devem ser esclarecidas pela polícia e pelo sistema judiciário. Aponta que, a seu ver, a renúncia do presidente Michel Temer tem apoio dos órgãos da elite financeira defensores da agenda neoliberal internacional, com a finalidade de evitar o crescimento do movimento popular pelas eleições diretas. Defende a priorização da democracia e da soberania nacional. Considera que, a seu ver, as eleições diretas são a única opção legítima para a atual política brasileira.

15 - BETH SAHÃO
Reivindica que as parlamentares sejam tratadas, nesta Casa, pela referência feminina. Acentua a relevância, segundo ela, da publicização do envolvimento do presidente Michel Temer em atos corruptos. Considera incoerentes as ações corruptas do senador Aécio Neves e a defesa da moralidade feita publicamente pelo político. Aponta que a ex-presidente Dilma Rousseff não teve envolvimento com casos de corrupção. Reprova a concentração de investigações da Polícia Federal e de divulgação midiática no PT. Defende a renúncia do presidente Michel Temer, cuja atuação critica. Mostra-se favorável à realização de eleições diretas. Lamenta as crises econômica e política do País. Tece elogios às gestões do PT no governo federal.

16 - TEONILIO BARBA
Declara que, a seu ver, o partido político mais corrupto do Brasil é o PSDB. Deseja o esclarecimento das denúncias e a prisão do presidente Michel Temer e do senador Aécio Neves. Reprova as reformas propostas pelo governo federal, que, adita, foram apresentadas para beneficiar os interesses da elite econômica brasileira e do capital internacional. Aponta que as denúncias ainda devem atingir outras autoridades públicas ligadas ao PSDB. Reprova o envolvimento de senadores nas irregularidades apuradas pelas investigações relativas à Odebrecht e à Lava Jato. Enumera direitos sociais e trabalhistas conquistados por meio da Constituição Federal de 1988, que, segundo ele, estão sendo retirados pelo presidente Michel Temer. Relata episódios de sua atuação sindical no âmbito da indústria automobilística. Faz elogios ao deputado Ramalho da Construção por sua postura crítica em relação às propostas de reformas do governo federal.

17 - MARCOS MARTINS
Pelo art. 82, reprova a atribuição de todos os problemas do Brasil, pela mídia e parte da população, ao PT. Mostra imagem de Joesley Batista e Wesley Batista. Defende a realização de eleições diretas. Comunica que o presidente Michel Temer afirmara há pouco, em rede nacional, que não deve renunciar. Faz críticas às propostas de reformas apresentadas pelo governo federal, que, a seu ver, retiram direitos conquistados por meio de lutas sociais. Critica o senador Aécio Neves.

18 - GILENO GOMES
Assume a Presidência.

19 - RAUL MARCELO
Pelo art. 82, informa que deve participar de manifestação em defesa do País, a realizar-se em Sorocaba, hoje. Comenta política do governo federal tendente a promover a abertura da Amazônia para o exército norte-americano realizar incursões. Repudia privatizações de recursos em ecossistema do Pará. Lembra medida governamental de privatização do Pré-sal. Afirma que decisões acerca do BNDES prejudicam a infraestrutura e investimentos. Defende eleição direta para a Presidência da República. Critica o senador Aécio Neves. Lamenta o pronunciamento do presidente Michel Temer. Clama ao povo a ocupação das ruas. Parabeniza os manifestantes.

20 - CEZINHA DE MADUREIRA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE GILENO GOMES
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 19/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessões solenes a serem realizadas: hoje, às 19 horas, para "Comemoração do Dia da Comunidade Turca"; dia 19/05, às 10 horas, para "Comemoração o Dia do Trabalhador da Saúde". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao